

Plano de Reabilitação do Património Habitacional
do IHRU

17 de novembro – Guimarães

Senhora Ministra da Habitação,

Senhor Presidente da câmara Municipal de Guimarães,

*Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação
Urbana,*

Caros Presidentes das Associações de Moradores

Senhoras e senhores representantes de órgãos e empresas municipais,

Senhoras e senhores Moradores,

Demais convidados,

Hoje, com a celebração deste protocolo, entre as associações de moradores de S. Gonçalo, Emboladoura e da Amorosa (N. Sra. da Conceição) e o IHRU e o memorando de entendimento entre o IHRU e o Município de Guimarães, que consubstancia uma responsabilidade tripartida, podemos dizer que se dá um importante

virar de página no que respeita à gestão do parque de habitação pública do IHRU.

Temos a compreensão intrínseca do valor e importância da habitação e da sua contribuição, para a promoção da inclusão social, da sustentabilidade e da coesão territorial e para a redução das desigualdades (ODS10).

Vivermos numa habitação segura, saudável e sustentável, é um direito básico e inalienável para todos. Mas a nossa casa vai para além das suas paredes e teto, vai para além do edifício. A nossa casa são os espaços que as envolvem, são as pessoas que nele vivem e convivem, são a comunidade – próxima e longínqua - em que nos inserimos e que, coletivamente criamos. É o ambiente construído e a sua qualidade e as inter-relações dos habitantes com o mesmo e com toda a envolvente.

Assim, o IHRU efetuou o planeamento da reabilitação de todo o património construído, de forma hierarquizada, tendo em conta o estado de conservação dos edifícios, bem como está a iniciar o planeamento da reabilitação e da regeneração do espaço público dos seus bairros.

Como sabemos, está atualmente em curso a promoção de importantes investimentos em habitação no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do OE.

Em todos os programas de promoção de Mais Habitação, e especificamente no Programa 1.º Direito está previsto o princípio da sustentabilidade ambiental, na promoção das intervenções de reabilitação e construção, para melhoria das condições de habitabilidade e de combate à pobreza energética.

Há uma oportunidade única de que estes projetos sejam concebidos e executados tendo como objetivo essencial o desempenho eficiente dos edifícios, quer no âmbito da reabilitação, quer no âmbito da construção nova.

É pública a ambição da UE de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Para tal está a "atacar" o problema em várias frentes. Uma delas é a eficiência energética dos edifícios. Medida extremamente importante - dado que os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo de energia, e pelo consumo de importantes e diversos recursos naturais (incluindo os recursos hídricos), bem como pela produção de cerca de 20% da totalidade de resíduos originados no âmbito das atividades de construção, reabilitação e demolição.

O problema da eficiência energética e hídrica coloca-se, em Portugal, com maior premência no parque habitacional mais antigo, havendo atualmente em Portugal pelo menos 17,4% da população em pobreza

energética severa, pelo que, até 2030, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética quer reduzir para 10% a percentagem de portugueses sem dinheiro para aquecer a casa no Inverno (em janeiro de 2020 essa percentagem era de cerca de 19%).

Temos, pois, de ser capazes de tornar as áreas urbanas residenciais mais eficientes, contribuindo ao mesmo tempo para a qualidade do ambiente construído, a proteção do ambiente e, conseqüentemente, para a redução dos consumos e da fatura paga pelos consumidores.

Assim, à qualidade da habitação e do habitat subjaz a necessidade de garantir soluções arquitetónicas com qualidade, durabilidade e sustentabilidade tendo de se caminhar de uma visão, pura e simplesmente, centrada no edifício/na fração habitacional, para uma visão mais abrangente como o habitat – para se obterem bairros socialmente integrados, ambientalmente equilibrados, com soluções

que mitiguem os efeitos das alterações climáticas e sejam eficientes na gestão de todos os recursos.

Minhas Senhoras e meus senhores,

Lançamos hoje e pela primeira vez, um modelo de gestão do parque habitacional do IHRU, que assume que, para além da reabilitação necessária dos edifícios e das frações habitacionais é fundamental a implementação de um sistema de gestão da manutenção, colaborativa, coparticipativa, entre as comissões de moradores, os gestores de porta (a eleger em cada porta de cada edifício), as Equipas de Gestão Local do IHRU e o Município.

Esta gestão participativa e de proximidade visa as intervenções no edificado e no espaço público envolvente, com o envolvimento e participação ativa dos moradores na regeneração e manutenção do ambiente construído, criando um sentimento global de pertença e de preservação. Este modelo visa também a capacitação dos gestores de

porta em atividades de manutenção e reparação, o que contribuirá, através da sua capacitação e formação e da sua participação na gestão, para uma maior integração social e para o sucesso deste modelo.

Um bem-haja a todos por este envolvimento e desejos do maior sucesso para este modelo de gestão.

Muito obrigada pela vossa atenção.